

Título do Projeto: MonitoraPrev

Categoria: (i) Boas práticas dos **magistrados** na Justiça Federal

Participantes:

- **Dra. Priscilla Pereira da Costa Corrêa** – Justiça Federal do Rio de Janeiro - Juíza Titular da 4^a Vara de Volta Redonda
- **Dra. Michele Menezes da Cunha** – Justiça Federal do Rio de Janeiro - Juíza Substituta do 6^a Juizado Especial Federal da Capital
- **Dra. Caroline Somesom Tauk** – Justiça Federal do Rio de Janeiro - Juíza Substituta da 31^a Vara da Capital
- **Larissa Soldate Correia** – Justiça Federal do Rio de Janeiro - Diretora da 4^a Vara de Volta Redonda
- **Pedro Hikaru Oishi** – Tribunal Regional Federal da 2^a Região -Coordenador de Gestão Estratégica
- **Vinicius Drummond de Paiva** – Tribunal Regional Federal da 2^a Região -Coordenador do Núcleo de Estatística
- **Claudia Coutinho Gomes** – Tribunal Regional Federal da 2^a Região -Coordenadora de Projetos
- **Rosângela do Carmo Olivieri** – Tribunal Regional Federal da 2^a Região -Coordenadora de Inovação e Desenvolvimento Institucional

Por favor, confirme o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Larissa Soldate Correia

Diretora de Secretaria

1º Juizado Especial Federal

Subseção de Volta Redonda/RJ

Telefone: (21) 96747 3693

De: Premio Ajufe <premio@ajufe.org.br>

Enviado: terça-feira, 17 de agosto de 2021 14:54

Para: Priscilla Pereira Da Costa Correa

Cc: Larissa Soldate Correia

Assunto: Re: Inscrição categoria magistrados solicita

Boa tarde Dra Priscilla,

Para inscrição precisamos do dados abaixo de TODOS os participantes do projeto para que a inscrição seja concluída:

- Nome completo;
- CPF;
- Telefone (celular e/ou fixo);
- Cargo;
- Órgão;
- Cidade/UF;
- Título do projeto e;
- Categoria.

Informo ainda que o anexo "Relatório Técnico MONITORAPREV.pdf" não está disponível para download.

Fico à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Nathália Sousa
Assistente Administrativo

61 3321-8482
61 99117-7537

Em seg., 16 de ago. de 2021 às 12:55, Priscilla Pereira Da Costa Correa <priscilla.correa@jfrj.jus.br> escreveu:

Juíza Responsável: PRISCILLA PEREIRA DA COSTA CORRÊA (Coordenadora do Projeto)

E-MAIL DO MAGISTRADO TELEFONE DO MAGISTRADO priscilla.correa@jfrj.jus.br

tel.: (21) 981214011

Equipe - Juíza Federal Priscilla Pereira da Costa Corrêa - Coordenadora do Projeto Painel MonitoraPrev - Juíza Federal Titular do 1º Juizado Especial Federal de Volta Redonda/RJ, atualmente designada para assumir a 3ª Relatoria da 4ª Turma Recursal/SJRJ; - Juíza Federal Caroline Someson Tauk - Juíza Federal Substituta da 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro (Previdenciária)/SJRJ, atualmente convocada no STF;

Síntese: O MonitoraPrev é uma ferramenta que extrai dados dos processos previdenciários e laudos eletrônicos periciais e exibe, de forma simples e visual, painéis com informações georreferenciadas das demandas e análise comportamental dos atores da Justiça com vistas à predição de cenários para prevenção e desjudicialização destas demandas repetitivas. Este monitoramento da judicialização previdenciária em tempo real, mapeia os CIDs (Código Internacional de Doenças) mais recorrentes nas demandas por localidade, o tempo médio das etapas processuais atinentes às perícias, os percentuais de conciliação e resultados do litígio e, a partir da indexação de indicadores sociodemográficos de desenvolvimento humano, como renda, saúde, escolaridade, ilustra num mapa de calor baseado no CEP do demandante, com recorte etário e de gênero, perfil contextualizado dos autores. Dados estruturados transformados em informações sobre litígios previdenciários e assistenciais e exibidos em painéis dinâmicos e visuais aptos a cruzamentos múltiplos para orientar decisões administrativas e jurisdicionais.

Descrição:

O projeto foi iniciado em fevereiro de 2020 como um LIODS (Laboratório de Inovação, Inteligência e objetivos de Desenvolvimento Sustentável) em matéria previdenciária, e acolhido em julho de 2020 pelo Exmo. Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para representar o Egrégio Tribunal junto ao Conselho Nacional de Justiça no cumprimento da Meta 9, nona Meta Nacional do Poder Judiciário. Foi formada uma equipe multidisciplinar com a participação de juízas, e servidores da área judiciária, administrativa, estatística, e tecnologia da informação (TI) para a compilação de ideias sobre como transformar dados processuais e painéis dinâmicos. Com uso de recursos de visual law foram formatados modelos para os painéis, decisões judiciais com QR Code remetendo à tutoriais destinado às partes, peritos e advogados sobre a operacionalização do sistema eproc, fonte da qual os dados do Monitoraprev são extraídos. Foram realizadas diversas reuniões com atores do Sistema de Justiça para aferir as necessidades e perspectivas destes quanto aos processos previdenciários e assistenciais. Sendo a matéria previdenciária o tema mais demandando na Justiça Federal, à luz da transversalidade trazida pela Agenda 2030, importante que o olhar para esta judicialização não se paute só pelo ODS 16, “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, mas também no ODS 3 (saúde), 10 (redução de desigualdades) e 17 (parcerias interinstitucionais), haja vista que a judicialização previdenciária e assistencial invoca questões afetas à saúde do trabalhador/segurado, e essa judicialização não pode ser vista de forma descontextualizada das políticas públicas dos entes federativos no cumprimento das suas respectivas metas indicadores. Todos os detalhamentos da prática foram consignados no Relatório Técnico nº 01/2020, disponível em https://clip.jfrj.jus.br/sites/default/files/publicacoes/2020/relatorio-tecnico-da_fer ramenta-meta-9-cnjmonitoraprev/relatorio_tecnico_-_meta9_ferramenta_de_governanca_publicacao.pdf



Transformar dados de processos judiciais em informações acessíveis "a um clique", exibidas em painéis visuais, dinâmicos, aptos a cruzamentos múltiplos para orientar decisões de Gestão e Jurisdição baseadas em dados, é a principal inovação da prática ora apresentada. O painel MonitoraPrev se alimenta automaticamente de dados processuais e mapeia, em tempo real, a judicialização previdenciária e seus desdobramentos processuais. Consolida e exibe resultados das perícias médicas, percentuais de procedência/improcedência/conciliação dos pedidos, mensuração temporal (em dias) de cada uma das etapas do processo. Eventuais desvios do padrão/perfil de litigiosidade de cada localidade/especialidade estarão graficamente demonstradas, permitindo a pronta adoção de medidas para prevenção e gestão de litígios. O painel exibe visualmente os temas mais demandados, o desempenho dos peritos judiciais, tais como, tempo, quantidade, aproveitamento, resultados das perícias passíveis de cruzamento com o acolhimento ou não dos laudos pelos juízes, e anulações, bem como, indica os CIDs (código internacional das doenças) mais presentes nos laudos periciais, o que tem servido de base para priorizações dos juízos e da administração no cadastramento, capacitação e adequação de instalações conforme as especialidades médicas mais necessárias em cada localidade. Informações sobre faixa etária, gênero, estado civil e CEP do domicílio dos demandantes são indexadas com dados sociodemográficos do Atlas Brasil e exibidas num mapa de calor como forma de contextualizar o perfil dos autores de ações previdenciárias e assistenciais na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Dentre esses dados, estão o percentual de internações por doenças relacionadas à falta de saneamento, carência de abastecimento de água e coleta de lixo e taxa bruta de mortalidade. O painel está disponibilizado na página do Tribunal na internet <https://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/PainelIndicadores/PainelMeta9.aspx>, sendo de acesso público. Além de efeitos positivos de maior transparência, a publicização de informações de forma visual e dinâmica, proporciona maior simetria de informações aos litigantes efetivos e potenciais com o acesso a estes dados empíricos. Fomenta-se atuações que levem em conta possibilidades e riscos reais baseados nestes dados empíricos de cada uma das varas e juizados com competência previdenciária, passíveis de recortes e comparações. Assim, os atores da Justiça (partes e Advogados) podem calcular suas chances de êxito de um futuro litígio, tempo de tramitação processual, índice de perícias favoráveis para a patologia respectiva e demais custos de

transação, elementos que impactam diretamente na decisão de litigar e capazes de repercutir no melhor embasamento dos litígios. O MonitoraPrev compõe o Painel de Indicadores da Corregedoria, e quando acessado da rede interna do Tribunal, acessível apenas a juízes e servidores, além das apresentações visuais, permite a extração de relatórios com os números dos processos na situação objeto do respectivo recorte pesquisado, e clicando-se no número do processo selecionado, ingressa-se diretamente no sistema de movimentação processual e-proc. Ao fazer uso do volume crescente de dados jurídicos estruturados advindos do processo judicial eletrônico, o MonitoraPrev promove e estimula análise comportamental tanto dos atores da Justiça, como da trajetória do litígio, permitindo mineração e predição de dados e abrindo caminho para a plena incorporação de estudos e aplicações de jurimetria à prática cotidiana dos operadores do Sistema de Justiça (juízes, servidores, partes, advogados, INSS, defensorias).

O painel MonitoraPrev é bastante visual e “amigável”, com gráficos e mapas, o que facilita a consulta de dados por parte de juízes, servidores e gestores. A estruturação de dados processuais é medida propagada pela Corregedoria do Tribunal Regional Federal, que para o incremento da eficácia do painel expediu recomendações sobre o uso das ferramentas eletrônicas disponíveis no sistema processual eletrônico com vistas à alimentação do MonitoraPrev. A exibição dinâmica dos percentuais de acordos e perfis de demandas com maior propensão à consensualidade facilitam a identificação por juízes e advogados públicos e privados de litígios passíveis de conciliação/mediação. A identificação dos endereços dos autores de benefícios por incapacidade, por sua vez, permite melhor alocação de locais para realização destas, seja com a priorização de sedes da Justiça Federal, seja mediante autorização para realização de perícias nos consultórios quando a distância da sede assim recomenda, por exemplo.

No atual estágio de informatização do Judiciário, dados são a matéria-prima da inovação: eles permitem conhecer onde residem os principais problemas do sistema processual, para realizar o planejamento baseado em informações, determinar onde os esforços devem ser concentrados e, ao final, avaliar a eficiência da medida. Nessa ordem de ideias, internalizar no Judiciário a cultura de estruturação e uso de dados é fundamental para que se verifiquem padrões entre os casos e resultados positivos e negativos da judicialização, mapeando-se com base nestes achados gargalos e percalços na trajetória do litígio com vistas à remoção de obstáculos e aprimoramento contínuo da jurisdisdição por meio da gestão baseada em evidências. O MonitoraPrev promove e estimula análise comportamental dos atores da Justiça contribuindo para melhor identificação de demandas com perfil vocacionado à consensualidade, ou seja, facilita a identificação por juízes e advogados públicos e privados de litígios passíveis de conciliação/mediação, operacionalizando, na prática, o sistema Multiportas. Com efeito, a ferramenta MonitoraPrev, ao permitir a extração de dados estatísticos mais precisos, propicia a melhoria do uso das informações processuais e a realização de estudos jurimétricos. De outro lado, benefícios por incapacidade (auxílio-doença, LOAS deficiente, aposentadoria por invalidez) somados constituem o tema mais recorrente nos processos da Justiça Federal. Logo, as perícias médicas assumem relevo significativo nos processos afetos à jurisdição previdenciária e assistencial, razão pela qual o mapeamento da atuação dos peritos, com mensurações quantitativas e qualitativas (laudos anulados por não considerar o tipo de profissão declarada, por exemplo) contribuem para designações de bons profissionais e identificação de pontos a requerer esforços de capacitação, como vem sendo feito.

Att.

Priscilla Corrêa
Juíza Federal/Supervisora do Laboratório de Inovação da JFRJ
SJRJ